

Os estoques para 1986

As perspectivas de oferta dos principais produtos agrícolas para o próximo ano revelam-se atualmente delicadas. Com efeito, há atraso no plantio e as irregularidades climáticas devem causar sérios problemas de produtividade nas lavouras. Com isso, cresce a possibilidade de choques de preços e de deterioração da renda do setor agrícola, comprometendo até a safra 1986/87 eventualmente.

Tais dificuldades ocorrem justamente naquele que será o primeiro ano de plena vigência da política agrícola da Nova República. Neste sentido, seria necessário, desde já, ressaltar que certas medidas deveriam ser adotadas sem hesitação para contrapor-se às pressões inflacionárias que decorreriam de gargalos expressivos no abastecimento, mormente quando as autoridades pretendem dedicar maiores cuidados às camadas menos favorecidas da população.

No corrente ano, registraram-se disputas interministeriais para controlar a gestão dos estoques. Ademais, o governo não conseguiu dissuadir o setor privado de que carregaria estoques por quanto tempo fosse necessário, escoando-os a preços subsidiados e sem meios eficazes de conter a especulação. Tal cenário não poderá repetir-se em 1986, sob

pena de anular completamente as condições de uma política mais estável e mais consistente para a agricultura.

Ora, só se alcançarão as condições desejadas a partir do momento em que houver estoques disponíveis para regular o abastecimento. Isso deveria ser feito antes do início da safra, ainda que implique um certo dispêndio de divisas. Mas o risco do choque de oferta parece tão evidente que merece ser contrabalançado — lembrando que foi justamente a incerteza da ação governamental neste campo que favoreceu manobras altistas intempestivas.

Caso puder contar com tais estoques, seria possível assegurar aos produtores uma comercialização menos atribulada, na qual o governo interferiria menos do que o fez recentemente, quando teve de alocar cerca de Cr\$ 14 trilhões na compra e no financiamento de capital de giro dos produtores. Os preços mínimos poderiam simplesmente servir de referência ao mercado, sem constituir-se em preços máximos. Mas, a partir do momento em que houvesse uma elevação muito acentuada, as autoridades acionariam seus estoques imediatamente, dentro de parâmetros que poderiam ser conhecidos com antecedência e criteriosamente estabelecidos. Claro está que isso pressupõe algo que não existe hoje,

ou seja, um perfeito entrosamento entre a política agrícola e a de abastecimento, sem que prevaleça unilateralmente a defesa de um ou outro, como tem sido costumeiro ao longo do tempo.

O caráter estratégico dos estoques torna-se ainda mais destacado num ano de quase certa escassez e de necessidade de manter os estímulos já concedidos à produção. Note-se que outros problemas precisariam ser equacionados. Na área dos transportes, por exemplo, seria necessário adequar a disponibilidade de movimentação de produtos. O próprio CIP não poderia mostrar-se tão obstinado com o controle de preços. Os produtos que o governo estocaria precisariam ter um esquema de beneficiamento mais eficiente do que o atual, minimizando a presença de intermediários de toda ordem. Finalmente, o crédito rural deveria ser dimensionado rigorosamente, mas é certo que a existência de estoques já pressionaria menos os cofres públicos.

Esse conjunto de elementos poderia ser objeto de análise por parte de um grupo interministerial, dotado inclusive de condições para efetivar suas propostas. Os aspectos considerados acima transcendem aquelas medidas de emergência que já estão sendo examinadas e serviriam de referência para implantar-se definitivamente regras mais estáveis.